

**MARCELO ABELHA**

*Manual de*  
**EXECUÇÃO**  
**CIVIL**

**7<sup>a</sup>**  
edição revista,  
atualizada  
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
Copyright © 2019 by  
**EDITORA FORENSE LTDA.**  
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896  
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Aurélio Corrêa
- Data de fechamento: 27.05.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

A122m

Abelha, Marcelo

Manual de execução civil / Marcelo Abelha. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8696-4

1. Execuções (Direito). 2. Processo civil. I. Título.

19-56936

CDU: 347.95

## SUMÁRIO

PARTE I – ASPECTOS GERAIS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL EXECUTIVA.....	1
Capítulo I – Premissas essenciais para a compreensão da execução civil....	3
1. O devido processo legal e a execução .....	3
1.1 Os fins não justificam os meios .....	3
1.2 Devido processo legal e tutela executiva .....	4
1.3 Devido processo legal, tutela executiva e proteção dos valores do exequente e do executado.....	6
2. Sistema executivo aberto, fechado e flexível.....	7
3. Devido processo legal e sistema executivo.....	9
4. Solução – adjudicada e consensual – dos conflitos.....	11
Capítulo II – Tutela jurisdicional executiva no CPC.....	13
1. As crises jurídicas e a atividade jurisdicional.....	13
2. A configuração da atividade jurisdicional executiva no Código de Processo Civil.....	17
3. O Estado liberal e sua influência no CPC/1973.....	21
4. Os fundamentos e os fins do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015).....	26
4.1 Razões sociais e jurídicas justificadoras de um Novo Código de Processo Civil .....	26
4.2 A crise do Poder Judiciário e o NCPC.....	32
4.3 O Novo CPC e a aproximação com a <i>common law</i> .....	35
4.4 Obrigacionalização da tutela executiva pelo CPC .....	38
5. A técnica processual executiva.....	39
5.1 Os módulos processuais executivos (fase ou módulo processual e processo autônomo).....	40
5.2 Os procedimentos executivos (espécies de procedimentos).....	41

5.3	Os provimentos executivos (meios de sub-rogação e meios de coerção) .....	42
5.4	Atos executivos em espécie .....	45
5.4.1	Penhora e avaliação de bens penhorados .....	45
5.4.2	Adjudicação, apropriação de frutos e rendimentos e arrematação do bem penhorado .....	47
5.4.3	Meios de coerção (multa etc.) .....	49
5.4.4	As diversas classificações da atividade executiva....	50
5.4.4.1	Execução provisória e execução definitiva .....	51
5.4.4.2	Execução específica e genérica.....	53
5.4.4.3	Execução direta e indireta .....	55
5.4.4.4	Execução singular e coletiva.....	56
5.4.4.5	Execução universal (coletiva) e execução singular (individual).....	57
Capítulo III – Diretivas da execução civil .....		59
1.	Considerações iniciais: por que <i>diretivas da execução</i> ? .....	59
2.	A <i>primeira diretiva</i> : a solução integral do mérito engloba a <i>satisfação do direito com eficiência e em tempo razoável</i> .....	59
3.	A <i>segunda diretiva</i> : a busca da maior coincidência possível .....	61
4.	A <i>terceira diretiva</i> : amplitude dos meios executivos (típicos e atípicos) .....	62
5.	A <i>quarta diretiva</i> : probidade das partes na execução .....	64
6.	A <i>quinta diretiva</i> : sujeitabilidade do patrimônio e menor sacrifício possível.....	69
7.	A <i>sexta diretiva</i> : o procedimento executivo de desfecho único.....	71
8.	A <i>sétima diretiva</i> : a liberdade/disponibilidade na execução .....	75
Capítulo IV – Execução civil e responsabilidade patrimonial .....		83
1.	Introdução: débito e responsabilidade .....	83
2.	Natureza substancial da responsabilidade patrimonial .....	87
3.	Responsabilidade patrimonial: caráter subsidiário da execução....	87
4.	Responsabilidade patrimonial, execução por expropriação e execução real .....	93
5.	Momento de formação da responsabilidade patrimonial .....	95
5.1	A responsabilidade patrimonial no CPC .....	95
5.2	Origens do dispositivo .....	96
5.3	Devedor .....	97

5.4	Responde com todos os seus bens.....	98
5.5	Bens presentes e futuros e o terceiro adquirente.....	99
5.6	A expressão “para o cumprimento de suas obrigações” .....	103
6.	Responsabilidade patrimonial e limitação à propriedade do devedor.....	104
7.	Garantia patrimonial geral e garantia real.....	106
8.	Responsabilidade patrimonial sobre bens que não mais pertencem ao devedor no momento de instauração da atividade jurisdicional cognitiva ou executiva .....	107
9.	Tutela judicial da responsabilidade patrimonial.....	109
10.	Individualização patrimonial e remédios repressivos.....	110
11.	As fraudes contra o credor e contra a execução: hipóteses e tutela jurídica .....	112
11.1	Direito de propriedade do devedor e tutela jurídica da responsabilidade patrimonial .....	112
11.2	O ato ilícito da fraude sob a perspectiva dos sujeitos envolvidos .....	114
11.3	Técnicas de prevenção e remoção do ilícito (fraude à responsabilidade patrimonial) e técnica de proteção do terceiro.....	116
11.3.1	A tutela jurídica.....	116
11.3.2	A tutela preventiva.....	117
11.3.3	A tutela de remoção do ilícito – ação pauliana.....	118
11.3.4	A tutela de remoção do ilícito – fraude à execução.....	122
11.4	Art. 792, I .....	126
11.5	Art. 792, II e III .....	126
11.6	Art. 792, IV .....	127
11.7	Desconsideração da personalidade jurídica e fraude à execução .....	127
11.8	Fraude à execução e embargos de terceiro.....	128
11.9	Demais casos expressos em lei.....	130
12.	Bens sujeitos à execução e bens sujeitos à responsabilidade patrimonial .....	131
12.1	Apresentação do tema.....	131
12.2	Bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória .....	132
12.3	Do sócio, nos termos da lei .....	133
12.4	Do devedor, ainda que em poder de terceiros.....	134

12.5	Do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida.....	134
12.6	Alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução.....	135
12.7	A alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores .....	136
12.8	Do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica .....	136
13.	Impenhorabilidade .....	137
13.1	Interpretação dos casos de impenhorabilidade .....	137
13.2	Impenhorabilidade absoluta e relativa.....	140
13.3	O rol do art. 833 do CPC.....	140
13.4	Impenhorabilidade do bem de família (residencial) previsto na Lei 8.009/1990 .....	147
13.5	Bens relativamente impenhoráveis .....	150
14.	O fiador e o benefício de ordem .....	151
Capítulo V – Título executivo.....		153
1.	Introito .....	153
2.	Título executivo e devido processo legal .....	154
3.	Crise jurídica, norma jurídica concreta e título executivo.....	155
4.	O “intrínseco” e o “extrínseco” do título executivo.....	157
5.	A eficácia executiva e abstrata.....	159
6.	Classificação: título judicial e extrajudicial .....	160
7.	Títulos executivos híbridos.....	163
8.	Aspecto formal e material do título executivo.....	165
8.1.	O elemento material: a norma jurídica concreta.....	165
9.	O rol do art. 515 do CPC e outros títulos judiciais .....	169
9.1	As decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa (art. 515, I, do CPC).....	169
9.2	A decisão homologatória de autocomposição judicial (art. 515, II) ou extrajudicial de qualquer natureza (art. 515, III).....	171
9.3	O formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.....	172

9.4	O crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, os emolumentos ou os honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial.....	173
9.5	Sentença penal condenatória transitada em julgado (art. 515, VI, do CPC) .....	173
9.6	A sentença arbitral.....	175
9.7	Sentença estrangeira homologada pelo STJ e a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 515, VIII e IX) .....	176
10.	O rol do art. 784 do CPC .....	176
10.1	O rol do art. 784 e a tipicidade dos títulos executivos extrajudiciais.....	176
10.2	Título executivo extrajudicial e eficácia abstrata.....	178
10.3	Art. 784, I (cheque, nota promissória, letra de câmbio, duplicata e debênture).....	178
10.4	Art. 784, II (escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor); art. 784, III (o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas); art. 784, IV (o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal) .....	179
10.5	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução (art. 784, V).....	182
10.6	Contrato de seguro de vida em caso de morte (art. 784, VI) .....	183
10.7	Crédito decorrente de foro e laudêmio (art. 784, VII) .....	184
10.8	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio (art. 784, VIII) .....	185
10.9	A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei .....	185
10.10	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em Convenção de Condomínio ou aprovadas em Assembleia Geral, desde que documentalmente comprovadas (art. 784, X).....	185

10.11	A certidão expedida por serventia notarial ou de registro, relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei .....	186
10.12	Títulos executivos previstos fora do Código de Processo Civil .....	186
11.	Algumas reflexões sobre o art. 785 do CPC (que permite a parte buscar a tutela cognitiva mesmo sendo portadora de título executivo extrajudicial).....	187
Capítulo VI	– Inadimplemento e execução civil.....	193
1.	Crise de adimplemento e execução .....	193
2.	Crise de adimplemento: a mora e o “inadimplemento” .....	196
3.	Inadimplemento como requisito necessário da tutela executiva (art. 786 do CPC e art. 523, § 1.º).....	196
4.	Inadimplemento e exigibilidade .....	198
5.	Exigibilidade e contraprestação nos contratos bilaterais.....	199
6.	Exigibilidade e obrigações sujeitas a condição ou termo .....	201
Capítulo VII	– A relação processual executiva.....	205
1.	Considerações preliminares .....	205
2.	A relação processual executiva.....	206
2.1	A tessitura da relação processual executiva .....	206
2.2	Pressupostos processuais.....	206
2.3	A competência na execução.....	207
2.4	A finalidade da relação processual executiva.....	208
2.5	Procedimentos executivos.....	209
2.5.1	Uma introdução .....	209
2.5.2	Os procedimentos típicos .....	211
3.	Cumulação de execuções.....	212
4.	Tutela de urgência na execução .....	214
5.	Suspensão da relação processual executiva .....	215
5.1	Noções preliminares .....	215
5.2	Causas suspensivas e impeditivas da execução .....	216
5.3	Hipóteses de causas impeditivas da execução .....	217
5.3.1	Ausência de bens a penhorar (art. 921, III, do CPC).....	217
5.3.2	Prestação de caução no cumprimento provisório da sentença (art. 521, IV).....	218



5.3.3	Penhora sobre ação e direito do devedor (penhora no rosto dos autos – art. 860 do CPC) .....	218
5.3.4	Concurso particular de credores e exequentes (arts. 908 e 909 do CPC) .....	219
5.4	Hipóteses de causas suspensivas da execução .....	220
5.4.1	Efeitos da suspensão .....	220
6.	Extinção da execução .....	221
6.1	Extinção do “processo” de execução .....	221
6.2	A sentença no processo de execução .....	221
6.3	O rol do art. 924 do CPC.....	222
6.3.1	Art. 924, I (a petição inicial for indeferida) .....	222
6.3.2	Art. 924, II (a obrigação for satisfeita) .....	222
6.3.3	Art. 924, III (o executado obtiver, por qualquer meio, a extinção total da dívida).....	223
6.3.4	Art. 924, IV (o exequente renuncia ao crédito) .....	223
6.3.5	Art. 924, V (ocorrer a prescrição intercorrente).....	224
6.3.6	O fim da execução e efeito sobre o direito material: satisfação do direito e quitação .....	225
7.	Remição da execução .....	226
7.1	Conceito e generalidades.....	226
7.2	Remição da execução e institutos afins .....	227
7.3	Tipos de remição da execução .....	228
8.	Recursos na execução.....	233
Capítulo VIII – A demanda executiva.....		235
1.	Execução civil com ou sem demanda (formal) executiva .....	235
2.	Condições da demanda executiva .....	235
2.1	Interesse de agir: pretensão insatisfeita e o título executivo... ..	235
2.2	Sujeitos na execução (alguns terceiros) .....	236
2.3	Partes da execução.....	240
3.	Elementos da demanda executiva.....	248
4.	Litispêndência .....	249
5.	Coisa julgada .....	250
PARTE II – O PROCEDIMENTO DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO .....		253
Capítulo I – Regras Gerais do Cumprimento de sentença .....		255
1.	Introdução .....	255
2.	Disposições gerais do cumprimento de sentença.....	256

2.1	As regras processuais aplicáveis.....	256
2.2	Cumprimento de sentença e provocação do interessado.....	256
2.3	A intimação do executado.....	258
2.4	O exequente e o executado no cumprimento de sentença...	260
2.5	A sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo .....	260
2.6	Dos títulos executivos judiciais .....	261
2.7	Da competência no cumprimento de sentença .....	261
2.8	O protesto da decisão judicial transitada em julgado.....	261
2.9	A validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos e a objeção do executado.....	265
2.10	Tutela provisória, liquidação de sentença e cumprimento de sentença .....	266
Capítulo II – Cumprimento da sentença das obrigações de fazer e não fazer .....		267
1.	Considerações sobre a tutela das obrigações de fazer e não fazer no CPC.....	267
2.	Obrigações ou deveres de fazer e não fazer? .....	268
3.	Breves considerações sobre as <i>obrigações de fazer e não fazer</i> .....	269
3.1	A identificação do fazer e não fazer .....	269
3.2	Obrigações fungíveis e infungíveis.....	269
4.	A conversão em perdas e danos.....	271
5.	O resultado prático equivalente .....	272
6.	O cumprimento de sentença e o processo de execução das obrigações de fazer e não fazer e a prioridade da tutela <i>in natura</i> .....	275
6.1	O cumprimento de sentença das obrigações de fazer e não fazer .....	276
6.1.1	Do julgamento das ações relativas às prestações de fazer e não fazer – a pretensão à tutela específica...	277
6.1.2	O dano e o ilícito e sua tutela específica .....	277
6.1.3	A obrigação de prestar declaração de vontade.....	279
6.1.4	As técnicas de efetivação (medidas necessárias) da tutela específica .....	280
6.1.5	A multa do art. 537 do CPC.....	282
Capítulo III – Processo de execução das obrigações de fazer e não fazer....		287
1.	Considerações gerais .....	287
2.	O início do processo de execução.....	288

3. Prazo para cumprimento voluntário da obrigação .....	288
4. A opção pelas perdas e danos.....	289
5. Procedimento da execução das obrigações fungíveis .....	290
6. Execução das prestações infungíveis.....	291
7. “Execução” das obrigações de emitir declaração de vontade.....	292
8. Execução das obrigações de não fazer previstas nos arts. 822 e 823 do CPC.....	292
Capítulo IV – Cumprimento da sentença das obrigações de entrega de coisa.....	295
1. Generalidades.....	295
2. O intercâmbio entre o cumprimento e a sentença para obrigação de fazer e não fazer e para a entrega de coisa.....	296
3. A obrigação de entrega de coisa.....	297
4. Entrega de coisa certa e coisa incerta.....	298
5. Entrega de coisa e devido processo legal .....	301
6. As obrigações de entrega de coisa e a utilização dos meios de coerção previstos no art. 536.....	301
7. A obrigação de entrega de coisa também é forma de tutela específica.....	302
8. Art. 498 e art. 538 e a obtenção da tutela específica.....	304
9. Art. 538: mandado de cumprimento da obrigação ( <i>caput</i> ) e parágrafo único.....	305
10. Art. 538, § 3º: expressa referência de aplicação das técnicas dos arts. 536 e 537.....	307
11. O direito de retenção deve ser exercitado na contestação, e não em impugnação do executado .....	308
Capítulo V – Processo de execução das obrigações de entrega de coisa.....	311
1. Introdução .....	311
2. Natureza pessoal ou real da execução de entrega de coisa.....	312
3. Entrega de coisa <i>certa e incerta</i> .....	312
4. Procedimento para entrega de coisa certa.....	312
4.1 Postulação.....	312
4.2 A expedição do mandado executivo.....	313
4.3 Os embargos do executado .....	314
4.4 Alienação da coisa pelo executado.....	315
4.5 Conversão da execução específica para pagamento de quantia (perdas e danos) .....	316

5.	Procedimento do processo de execução para a entrega de coisa incerta.....	317
6.	Aplicação subsidiária do art. 538 ao procedimento executivo dos arts. 806 e ss.....	318
7.	Embargos de retenção por benfeitorias .....	318
Capítulo VI – Aspectos gerais da tutela executiva da obrigação de pagar quantia .....		
	1. Execução por quantia certa e expropriação forçada .....	319
	2. Expropriação e poder de império do Estado .....	319
	3. Configuração da execução por quantia certa no Código de Processo Civil.....	320
	4. Técnicas executivas expropriatórias (instrumentais e finais) previstas no Código de Processo Civil.....	321
	5. A escolha das técnicas executivas finais na execução por expropriação.....	322
	6. Identificar os fundamentos e fins da pretensão à tutela pecuniária e a aplicação do art. 139, IV .....	326
Capítulo VII – Cumprimento provisório da sentença .....		
1.	Generalidades.....	329
2.	Conceito e regime jurídico da execução provisória .....	333
2.1	Considerações preliminares.....	333
2.2	Diretivas e cabimento (regras materiais) do cumprimento provisório da sentença .....	335
2.2.1	Responsabilidade objetiva por dano processual (art. 520, I, do CPC) .....	335
2.2.2	O efeito retroativo da indevida execução provisória (cumprimento provisório da sentença) .....	335
2.2.3	Prestação de caução nos casos de levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem transferência de posse ou alienação de propriedade ou de outro direito real, ou dos quais possa resultar grave dano ao executado .....	337
2.2.4	A dispensa da caução do inc. IV do art. 520.....	339
3.	O procedimento da execução provisória (cumprimento provisório da sentença).....	340
4.	Cumprimento provisório da sentença, suspensividade da execução e oposição do executado.....	341
5.	Preclusão de execução definitiva .....	343

Capítulo VIII – Cumprimento definitivo de sentença para pagamento de quantia .....	345
1. Considerações gerais .....	345
2. O início da fase de cumprimento de sentença .....	346
2.1 Inércia e requerimento executivo .....	346
2.2 A condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa .....	348
2.3 Honorários advocatícios no cumprimento de sentença .....	349
2.4 A multa de 10% .....	350
2.5 O demonstrativo discriminado e atualizado do crédito .....	352
2.6 A indicação de bem à penhora/avaliação .....	353
3. O cumprimento da sentença provocado pelo devedor .....	356
Capítulo IX – Processo de execução para pagamento de quantia .....	359
1. Introdução .....	359
2. O ajuizamento da petição inicial .....	360
3. A formação da relação executiva: a citação do executado e o arresto dos bens na execução fundada em título extrajudicial .....	363
4. Atitudes do executado no procedimento executivo para pagamento de quantia fundada em título extrajudicial .....	366
Capítulo X – Da penhora .....	367
1. Conceito e natureza jurídica .....	367
2. Nomeação à penhora .....	368
2.1 Aspectos gerais .....	368
2.2 Nomeação à penhora e seus incidentes .....	369
3. Efeitos da penhora .....	372
3.1 Efeitos materiais .....	372
3.2 Efeitos processuais .....	374
4. Objeto da penhora .....	375
5. Forma de realização da penhora .....	377
6. Intimação da penhora .....	378
7. Modificações da penhora .....	380
7.1 Modificações quantitativas e qualitativas (art. 847 do CPC) .....	380
7.2 Modificações qualitativas (substituições) excepcionais do objeto da penhora .....	383
8. Penhoras especiais .....	386
8.1 Penhoras de créditos e outros direitos patrimoniais .....	387
8.2 Da penhora de ativos financeiros .....	389

8.2.1	Considerações iniciais.....	389
8.2.2	O dinheiro em espécie ou em aplicações financeiras.....	389
8.2.3	O caráter absoluto do dinheiro na ordem de preferência do art. 835, I, do CPC.....	390
8.2.4	A substituição do dinheiro por fiança bancária e seguro garantia judicial.....	391
8.2.5	Execução de crédito com garantia real e a suposta preferência da penhora sobre o bem dado em garantia.....	392
8.2.6	Penhora de dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira.....	394
	8.2.6.1 Aspectos gerais.....	394
	8.2.6.2 Método de bloqueio .....	397
	8.2.6.3 Controle pelo juiz .....	397
	8.2.6.4 Mini-impugnação do executado.....	397
8.3	Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e se- móventes.....	398
8.4	Da penhora de percentual de faturamento de empresa .....	401
8.5	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel..	402
9.	Da avaliação.....	403
9.1	Generalidades .....	403
9.2	Avaliação no CPC.....	404
9.3	A avaliação e a execução por quantia certa.....	404
9.4	Avaliação como ato executivo e como prova pericial.....	405
9.5	O avaliador .....	406
9.6	Requisitos para a nomeação do avaliador especializado.....	407
9.7	Prazo para a entrega do laudo .....	408
9.8	O art. 871 – hipóteses em que não se procede à avaliação por oficial de justiça .....	408
	9.8.1 Avaliação do bem penhorado e avaliação por ofi- cial de justiça .....	408
	9.8.2 Estimativa da parte .....	408
	9.8.3 Cotação do bem penhorado por órgão oficial.....	409
	9.8.4 Veículos automotores e outros bens cujo preço médio de mercado possa ser conhecido por meio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais ou de anúncios de venda divulgados em meios de comu- nicção .....	410

9.9	O art. 872 – a forma de avaliação do bem penhorado.....	411
9.9.1	Aspectos gerais.....	411
9.9.2	A forma de realização da avaliação pelo oficial de justiça e pelo avaliador nomeado pelo juiz.....	411
9.9.3	O conteúdo da avaliação.....	411
9.9.4	Imóvel que admitir divisão.....	412
9.10	A nova avaliação.....	412
9.10.1	Generalidades.....	412
9.10.2	Arguição do defeito da avaliação.....	412
9.10.3	Tipos de incorreções arguíveis.....	413
9.11	Avaliação e modificações da penhora.....	414
9.12	A avaliação e a sua relação com a expropriação do bem penhorado.....	415
9.12.1	Generalidades.....	415
9.12.2	Avaliação e adjudicação.....	416
9.12.3	Avaliação, expropriação e preço vil.....	416
9.12.4	Avaliação e expropriação de imóvel de incapaz.....	417
9.12.5	Avaliação e expropriação de imóvel de coproprietário ou cônjuge alheio à execução.....	417
9.12.6	Avaliação e o efeito suspensivo nas oposições do executado (impugnação e embargos).....	418
9.12.7	Remição do bem penhorado pelo valor da avaliação.....	418
Capítulo XI – Atos de expropriação dos bens do executado.....		421
1.	Introdução.....	421
2.	Da adjudicação.....	423
2.1	O bem-instrumento e o bem-fim na execução pecuniária ...	423
2.2	O conceito de adjudicação.....	425
2.3	A adjudicação no CPC.....	425
2.4	Adjudicação no cumprimento de sentença (provisório ou definitivo) e processo de execução.....	426
2.5	Adjudicação e satisfação do crédito exequendo (art. 904, II, do CPC).....	426
2.6	A preferência e o momento da adjudicação.....	427
2.7	Legitimidade para adjudicar.....	428
2.8	A adjudicação no CPC e a dação em pagamento no direito privado: figuras próximas, mas diferentes.....	429
2.9	As três modalidades de adjudicação do art. 876 e ss. ....	430

2.9.1	As três figuras do art. 876 e ss.: a genuína adjudicação, a adjudicação-arrematação e a adjudicação-remição .....	430
2.9.2	Adjudicação do bem penhorado pelo exequente ...	431
2.9.3	Adjudicação do bem penhorado pelo exequente e sub-rogação decorrente da penhora de crédito (art. 857).....	433
2.9.4	Adjudicação do bem penhorado pelo exequente e apropriação de frutos e rendimentos (art. 825, III).....	434
2.9.5	A adjudicação pelo exequente que possui garantia real sobre o bem.....	435
2.9.6	A adjudicação-arrematação do § 5.º, primeira parte, do art. 876 do CPC.....	435
2.9.7	A adjudicação-remição do § 5.º, segunda parte, do art. 876 do CPC.....	437
2.9.7.1	Características.....	437
2.9.7.2	Manutenção do direito de remir o bem arrematado em casos específicos.....	439
2.10	Requisitos para adjudicar no art. 876 do CPC .....	440
2.11	Documentação e o efeito de aquisição da propriedade pela adjudicação.....	442
2.12	Adjudicação e evicção.....	444
3.	Alienação por iniciativa particular.....	445
4.	Alienação em leilão público .....	447
4.1	Considerações gerais.....	447
4.2	Edital .....	448
4.2.1	Considerações gerais.....	448
4.2.2	O que deve constar no edital.....	449
4.2.3	A publicidade do edital.....	449
4.3	A arrematação.....	452
4.3.1	Conceito.....	452
4.3.2	A arrematação como ato processual executivo.....	452
4.3.3	Legitimados à arrematação.....	452
4.3.4	O ato de arrematar.....	453
4.3.5	O auto de arrematação .....	455
4.3.6	A arrematação de bens imóveis indivisíveis e de incapaz .....	456
4.3.7	Desfazimento da arrematação.....	457



4.3.8	A carta de arrematação .....	460
4.3.9	Efeitos da arrematação .....	460
4.3.10	Arrematação e evicção .....	461
4.3.11	A entrega do dinheiro resultante da arrematação....	463
4.4	Apropriação de frutos e rendimentos de bem penhorado...	463
4.4.1	Características .....	463
4.4.2	A entrega do dinheiro .....	464
4.4.3	A iniciativa para a decretação da apropriação de frutos e rendimentos de bem móvel e imóvel .....	465
4.4.4	Momento.....	465
4.4.5	A decretação da penhora para a apropriação de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....	466
4.4.6	O objeto.....	466
4.4.7	O procedimento .....	467
5.	Concurso de credores e/ou exequentes .....	468
5.1	Introdução .....	468
5.2	Natureza jurídica .....	468
5.3	Concurso de exequentes <i>versus</i> concurso de credores no processo de insolvência .....	469
5.4	Duas ou mais penhoras sobre o mesmo bem .....	470
5.5	O exercício do direito de preferência.....	471
5.6	Objeto .....	471
5.7	Legitimidade .....	471
5.8	Procedimento.....	471
6.	A satisfação do crédito .....	472

Capítulo XII – Cumprimento de sentença e processo de execução contra a Fazenda Pública: cumprimento de sentença (provisório e definitivo) e o processo de execução.....	475
1. Introdução .....	475
2. Regimes executivos especiais envolvendo a Fazenda Pública.....	476
3. Razão do regime especial dos “precatórios” contra a Fazenda Pública.....	477
4. Características do procedimento executivo previsto no art. 100 da CF/1988 c/c os arts. 534 e 910 do CPC.....	478
4.1 Execução fundada em título judicial ou extrajudicial .....	478
4.2 O regime jurídico dos precatórios.....	478
4.3 Reserva da quantia dos honorários para pagamento dos precatórios proporcionais diretamente ao advogado .....	482

5. Procedimento do cumprimento de sentença por quantia contra a Fazenda Pública .....	482
6. Cumprimento provisório da sentença para pagamento de quantia contra a Fazenda Pública .....	485
7. Procedimento do processo de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública .....	485

Capítulo XIII – Cumprimento de sentença e processo de execução para pagamento da prestação alimentícia.....	487
1. Introdução .....	487
2. O crédito alimentar (conceito, classificação e características).....	487
3. Alimentos e a relação jurídica material .....	489
3.1 <i>Ratio essendi</i> da relação jurídica material alimentícia .....	490
3.1.1 Parentesco.....	490
3.1.2 Relação familiar (casamento e união estável) .....	490
3.1.3 Voluntários .....	491
3.1.4 Ressarcitórios (ato ilícito).....	491
4. Execução da prestação alimentícia.....	492
4.1 Considerações gerais.....	492
4.2 Cumprimento de sentença da prestação de alimentos e a aplicação subsidiária ao processo de execução.....	493
4.3 Técnicas executivas típicas aplicáveis à execução da prestação alimentícia .....	493
4.3.1 Introito .....	493
4.3.2 O desconto em folha.....	494
4.3.3 Constituição de capital para pagamento de indenização por ato ilícito .....	495
4.3.4 A técnica da prisão civil.....	498
4.3.4.1 Noções preliminares.....	498
4.3.4.2 Competência para decretar a prisão civil .....	499
4.3.4.3 Decretação da prisão .....	500
4.3.4.4 Alimentos pretéritos e prisão civil.....	500
4.3.4.5 Prazo e regime jurídico da prisão.....	501
4.3.4.6 Do protesto do título judicial.....	501
4.3.4.7 O procedimento do cumprimento de sentença e do processo de execução .....	502

4.3.4.8	As técnicas do procedimento comum para pagamento de quantia (penhora e demais atos expropriatórios).....	503
4.3.4.9	A conduta procrastinatória do executado e o crime de abandono material.....	503
PARTE III – INCIDENTES E PROCESSOS INCIDENTAIS CONEXOS À EXECUÇÃO.....		505
Capítulo I – Liquidação de sentença.....		507
1.	Introdução .....	507
2.	Liquidação e norma jurídica (quase) concreta .....	508
3.	Liquidação e princípio da estabilidade da demanda.....	509
4.	O objeto da liquidação .....	511
5.	Liquidação pela individuação do objeto (art. 324, § 1.º, I) .....	513
6.	Liquidação do valor ( <i>quantum</i> ) .....	517
7.	Liquidação nas ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos .....	518
8.	Liquidação: processo incidente ou questão incidental .....	519
9.	A liquidação de sentença dos arts. 509 e ss. do CPC .....	520
9.1	Considerações gerais.....	520
9.2	O julgamento da liquidação: antijuridicidade e dano .....	521
9.3	Espécies de liquidação .....	523
9.4	Procedimento do incidente processual de liquidação .....	523
9.5	Legitimidade .....	524
9.6	Competência .....	524
9.7	Procedimento.....	524
9.8	Contumácia na liquidação .....	525
9.9	Defesa.....	526
9.10	Liquidação e recursos .....	527
Capítulo II – Oposições do executado.....		531
1.	Apresentação do tema: as posições jurídicas das partes e a atividade jurisdicional .....	531
2.	O demandado na execução .....	533
3.	As oposições típicas e atípicas do executado no cumprimento de sentença e no processo de execução .....	535
4.	A <i>impugnação do executado</i> no CPC .....	537
5.	Os embargos do executado no CPC.....	537

6. Os embargos à execução e a impugnação do executado: processo incidental e incidente processual.....	537
7. Natureza jurídica dos embargos do executado .....	540
8. Natureza jurídica da impugnação do executado .....	542
9. A pretensão nos embargos do executado .....	543
10. A “pretensão” na impugnação do executado .....	545
11. Embargos do devedor e embargos de terceiro.....	546
12. Embargos do devedor e impugnação do executado: distinções.....	546
13. Classificações genéricas aplicáveis aos embargos e à impugnação do executado.....	550
14. Requisitos de admissibilidade dos embargos e da impugnação do executado .....	550
14.1 Interesse processual.....	551
14.1.1 Os limites da cognição e adequação do pedido à via eleita .....	551
14.1.2 O prazo nos embargos e na impugnação do executado.....	552
14.2 Legitimidade das partes nos embargos e na impugnação do executado.....	555
14.2.1 Nos embargos do executado.....	555
14.2.2 Na impugnação do executado.....	555
15. Competência nos embargos e na impugnação do executado .....	556
16. Pagamento da quantia e preclusão lógica para opor-se à execução.....	557
17. Fundamentos (causa de pedir) a serem opostas pelo executado....	558
17.1 Impugnação do executado .....	558
17.1.1 Apresentação .....	558
17.1.2 Falta ou nulidade da citação se o processo correu à revelia .....	559
17.1.3 Ilegitimidade de parte .....	562
17.1.4 Inexigibilidade ou inexecuibilidade do título (art. 525, § 1.º, III).....	563
17.1.5 Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, § 1.º, IV) .....	565
17.1.6 Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (art. 525, § 1.º, V) .....	566
17.1.7 A incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	569

17.1.8	Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.....	570
17.1.9	A impugnação ao cumprimento de sentença arbitral.....	571
17.1.10	As alegações de impedimento e suspeição .....	572
17.1.11	Impugnação à adjudicação e à arrematação (art. 903, § 2.º) .....	572
17.1.12	Inexigibilidade da obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso .....	575
17.1.13	Fatos supervenientes e defesa do executado .....	576
17.1.14	A aplicação subsidiária do art. 916 ao cumprimento de sentença .....	577
17.2	Embargos do executado.....	579
17.2.1	A amplitude de fundamento dos embargos à execução.....	579
17.2.2	Embargos de retenção por benfeitorias .....	582
17.2.3	A suspeição e o impedimento nos embargos do executado .....	584
18.	Os embargos e a impugnação contra a execução por quantia contra a Fazenda Pública .....	584
19.	Efeito suspensivo nas oposições do executado .....	585
19.1	O surgimento do efeito suspensivo <i>ope judicis</i> .....	585
19.2	Características gerais do efeito suspensivo aplicáveis às oposições do executado (impugnação e embargos).....	586
19.3	Efeito suspensivo: requisitos .....	588
19.4	Efeito suspensivo e contracautela prestada pelo exequente...	591
19.5	Julgamento dos embargos do executado e efeito do recurso....	592
20.	Procedimento dos embargos do executado.....	593
21.	Procedimento da impugnação do executado.....	596
22.	Honorários advocatícios na impugnação ao cumprimento de sentença.....	597

Capítulo III – Embargos de terceiros.....	601
1. Processo e terceiros .....	601
2. Atos judiciais constritivos e terceiros.....	602
3. Escorço histórico no direito pátrio.....	605
4. Conceito.....	605
5. Natureza jurídica .....	605
6. O conceito de terceiro .....	608
7. Elementos da demanda.....	608
8. Prazo dos embargos de terceiro.....	613
9. Competência .....	614
10. Procedimento .....	615
11. O procedimento comum subsidiário .....	616
12. Liminar em embargos de terceiro.....	616
13. Recurso de apelação .....	616
14. Fraude contra credores e fraude à execução .....	616
15. Compromisso de compra e venda e embargos de terceiros.....	618
Bibliografia .....	619